

## Estratégias de família na ocupação do planalto sul-rio-grandense no XIX

Cristiano Luís Christillino- UFF

**Resumo:** A ocupação efetiva das regiões do Planalto e das Missões do Rio Grande do Sul ocorreu na década de 1810, em meio a ocupação do Uruguai pela Coroa Portuguesa. Os chefes militares logo se apropriaram destes campos que, a partir de 1833, constituíram o Município de Cruz Alta. Analisamos este processo de ocupação do planalto a partir da trajetória da família Silva Prado. A investigação deste núcleo de tropeiros e militares paulistas permite a análise das estratégias de constituição de um patrimônio e, sobretudo, um capital político familiar, para expandir e assegurar as propriedades frente a uma conjuntura econômica e social marcada pelas incertezas. Por outro lado, o núcleo familiar dos Silva Prado permite a discussão sobre a pecuária na região e também sobre a erva-mate, quando a elite local passa a se apropriar dos ervais públicos.

**Palavras chaves:** pecuária, estratégias familiares e elite rural.

Em 28 de abril de 1855, o Ten. Cel. Joaquim Thomaz da Silva Prado deixou sua estância no Distrito da Palmeira e se deslocou a Vila de Cruz Alta para realizar suas declarações nos registros paroquiais de terras<sup>1</sup>. O miliciano da Guarda Nacional protocolou inicialmente a Fazenda São Joaquim do Bom Retiro, uma posse de campo de nove léguas de extensão. A área foi herdada do seu pai, Eleutério Silva Prado, Capitão Mor de Jundiáí, que teria iniciado-a em 1819. Na mesma ocasião, Joaquim Thomaz Silva Prado declarou a Fazenda São Joaquim da Palma, um campo com mais 9 léguas de extensão, cuja forma de acesso não foi informada<sup>2</sup>. O estancieiro também aproveitou a oportunidade para realizar mais 12 declarações em nome de seus 16 filhos. Quase todas elas eram “posses” de matos nos ervais da Palmeira, que teriam sido iniciadas em 1844. Bem relacionado na época, Joaquim Thomaz Silva Prado obteve despachos da Presidência da Província “ratificando” as suas

---

<sup>1</sup> Instituídos pelo Decreto número 1318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentava a aplicação da Lei de Terras de 1850.

<sup>2</sup> Provavelmente esta fazenda era fruto de posse. Mas certamente o Ten. Cel. Joaquim Thomaz Silva Prado não revelou sua forma em função da sua extensão, que era de 9 léguas, quando que a Lei de Terras não permitia uma dimensão superior a 3 léguas, limite máximo das sesmarias na Província do Rio Grande do Sul: Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas ou com principio de cultura e morada habitual do respectivo Possessor ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes: § 1º Cada posse em terras de cultura ou em campos de criação compreenderá, além do terreno aproveitado ou do necessário para pastagem dos animais que tiver o possessor, outro tanto mais de terreno devoluto que houver contíguo, contanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação igual às últimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha. Secretaria da Agricultura RS. *Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Porto alegre, 1961.

2

posses. As primeiras foram concedidas pelo então Marquês de Caxias em 1844, e as demais pelo presidente Manoel Antonio Galvão em 1847. Foram declarados mais de 80 mil hectares de terras de campos e matos, ricos em árvores de erva-mate. Estes registros colocam a Família Silva Prado ao lado dos barões de Antonina e do Ibicuí, como os maiores proprietários do Município de Cruz Alta.

A “chancela” dos presidentes provinciais, a origem familiar e a extensão dos domínios de Joaquim Thomaz da Silva Prado levam a crer que a família do Tenente Coronel estava no topo da elite de Cruz Alta, e possivelmente da Província do Rio Grande do Sul. Contudo, a situação dos Silva Prado não era nada animadora na década de 1850. Apesar de ser um militar de prestígio, e bem relacionado, o estancieiro teve que recorrer ao juizado local para impedir a ocupação de “seus matos” por posseiros. Litígios que permaneceram mesmo após a sua morte em 1856. O prestígio adquirido pelo Ten. Cel. nas campanhas platinas do início da década de 1850, não foram o suficiente para assegurar-lhe a afirmação de propriedade através do seu poder pessoal no Distrito da Palmeira. Neste mesmo sentido, a participação nas guerras, ao lado do exército imperial, trazia importantes ganhos ao capital político familiar, mas não propiciava um retorno econômico imediato. E nem a resolução aos problemas econômicos dos Silva Prado, agravados no seu retorno a Província.

Joaquim Thomaz casou-se em 1821 na Vila de Castro, no Paraná, com Maria Thomázia Novais Coutinho. Ambos filhos de militares da mesma Vila que participaram de campanhas na Província Cisplatina. Foi neste contexto, quando havia uma grande disponibilidade de terras aos militares na recém conquistada região das Missões, que o Capitão-Mor de Jundiáí, Eleutério da Silva Prado, tomou posse das fazendas São Joaquim do Bom Retiro e São Joaquim da Palma, que depois foram doadas ao seu primogênito Joaquim Thomaz. Este permaneceu até 1824 na Vila de Castro, quando se mudou para aos campos recebidos por doação de seu pai na Palmeira. Neste último ano de permanência na então Província de São Paulo, nasceu o segundo filho do casal, Rafael Silva Prado. Seu batizado ocorreu ainda em dezembro daquele ano, e teve como padrinho o então Tenente Coronel Rafael Tobias do Aguiar, que futuramente foi elevado a Brigadeiro e ocupou a presidência daquela Província, e também contraiu casamento com a Marquesa de Santos em 1842. O padrinho apresentou um procuração ao avô materno de Rafael para selar o batizado, uma prática comum na época, quando o objetivo maior deste sacramento cristão era o alargamento das relações familiares.

3

Joaquim Thomaz da Silva Prado deixou o Planalto Rio-Grandense durante a Revolução Farroupilha, quando foi morar em Santos. Foi provavelmente no seu retorno a Província que o Ten. Cel. Joaquim Thomaz da Silva Prado tomou 18 contos de réis emprestado ao seu mais importante compadre, o deputado Brigadeiro Rafael Tobias do Aguiar. A retomada das atividades pecuárias exigia recursos do estancieiro. Mas os rebanhos de Silva Prado não apresentaram a lucratividade necessária para saldar o empréstimo contraído. Por outro lado, os ervais dos quais o miliciano havia se apropriado estavam devastados pela ação de homens livres e pobres que se dedicavam a esta atividade na região da Palmeira, durante a sua ausência, esgotando esta rica fonte de lucro. Para evitar a perda das nove léguas de campo da fazenda São Joaquim da Palma, Joaquim Thomaz contraiu novos empréstimos juntos aos seus familiares na Província de São Paulo e a prestamistas de Cruz Alta. O patrimônio foi salvo, mas a situação financeira da família não foi alterada.

Joaquim Thomaz da Silva Prado é um caso exemplar do grupo social que pretendemos analisar neste capítulo. Um chefe miliciano de prestígio nas campanhas platinas e bem relacionado na sociedade da época, mas sua influência não assegurava a afirmação de suas propriedades, e também grilagens, ameaçadas tanto por outros fazendeiros quanto por pequenos posseiros. Proprietário de extensos campos e rebanhos, não logrou o acúmulo de grandes fortunas, quando a maior parte de seu patrimônio estava na propriedade da terra e nos rebanhos animais, conforme mostra o seu inventário. A guerra proporcionava prestígio aos seus comandantes, mas não assegurava benefícios econômicos imediatos. As incertezas pelas quais passavam os Silva Prado no Distrito da Palmeira, na Vila de Cruz Alta é a marca da conjuntura de insegurança na qual estava inserida elite sul-rio-grandense. Uma circunstância que não foge ao ambiente de hesitação no qual estava assentada a sociedade camponesa européia do século XVII, analisada por Giovanni Levi.

A elite sul-rio-grandense foi um grupo heterogêneo. Os Silva Prado oferecem um panorama da dinâmica de ascensão e das articulações dos estancieiros em meados do século XIX. Mas o caso da família do Tenente Coronel Joaquim Thomaz, estabelecido no Distrito da Palmeira das Missões, também mostra que as incertezas econômicas da pecuária levaram este grupo a se relacionar com outro setor importante desta elite: os negociantes. Estes não ocuparam um lugar de destaque político na Província, a posição ocupada pelos militares, mas constituíram o grupo mais importante economicamente. Os inventários *post-mortem*, do Rio Grande do Sul no período colonial, mostram que os bens dos comerciantes eram, em média,

4

30% maiores do que as fortunas dos estancieiros. Parte significativa do capital obtido no comércio era aplicado em estâncias e gado, e também na formação de charqueadas. E foram exatamente aqueles homens de negócios que diversificaram as suas atividades, que acumularam as maiores fortunas da então Capitania de São Pedro<sup>3</sup>. Um processo similar ao que vinha ocorrendo entre os comerciantes do Rio de Janeiro<sup>4</sup>. Nesta mesma linha Sheila Faria mostrou, ao analisar a região de Campos dos Goitacazes, que os comerciantes mais abastados geralmente se afastavam desta atividade, quando era na posse da terra e de engenhos que eles obtinham o status e reconhecimento social<sup>5</sup>.

Os comerciantes radicados no Rio Grande do Sul logo ocuparam os postos-chaves dos negócios na Capitania em fins do século XVIII e início do XIX, inclusive os contratos régios. A arrematação de monopólios e de cobrança de tributos já vinha ocorrendo desde 1747, e em 1752 foi criado o Registro de Viamão, nas margens do Rio dos Sinos, para taxar os rebanhos de gado que deixavam o Rio Grande em direção ao sudeste da Colônia. Neste período a participação dos negociantes residentes na Capitania já era expressiva, e a partir de 1820 o município das tropas permaneceu nas mãos dos comandantes sul-rio-grandenses<sup>6</sup>. O abastecimento das tropas nesta região bélica incrementou significativamente as atividades dos comerciantes locais. Este crescimento econômico dos homens de negócios da Capitania também foi responsável pela aproximação deste grupo à administração colonial portuguesa. Um estreitamento de relações que ocorre num período no qual aumentam as desconfianças dos chefes milicianos sul-rio-grandenses em relação às lideranças platinas, frente ao movimento artiguista que grassava no Uruguai. Este contexto pelo qual passava o Rio Grande do Sul, no momento da emancipação política do Brasil, ainda carece de estudos. Mas oferece indícios de que havia um arranjo econômico, e logo político, entre esta elite e aquela que desencadeou tal processo no centro da antiga colônia. São acordos que precedem uma possível aproximação da elite sul-rio-grandense ao centro através da “formação e

---

<sup>3</sup> OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese de Doutorado em História. Niterói: IFCH/UFF, 1999.

<sup>4</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>5</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

<sup>6</sup> MIRANDA, Marcia Eckert. *A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. Tese de Doutorado em Economia. Campinas: PPGE/UNICAMP, 2006.

5

treinamento” dos seus intelectuais e burocratas, ou mesmo por meio de uma formação de classes<sup>7</sup>. No Rio Grande do Sul “não houve registro de alterações da ordem pública” quando chegou a notícia da Independência<sup>8</sup>. Não ensejou comemorações, mas nem tampouco provocou reações armadas, a exemplo do que ocorreu em outras províncias.

Após o término da Farroupilha, a economia da Província meridional voltou a crescer. Neste período também cresceram rapidamente os antigos núcleos populacionais e também as colônias imigrantes de iniciativa provincial e particular, ao longo dos rios Sinos, Caí, Taquari e Pardo. Pelotas continuava, em meados do XIX, como o principal pólo econômico do Rio Grande do Sul em função do charque. Porto Alegre se tornou o centro comercial das áreas coloniais e dos antigos núcleos estabelecidos ao longo do Jacuí, firmando-se enquanto um centro econômico do “mercado interno” da Província. Neste contexto as atividades comerciais obtiveram novo impulso, e junto a elas as oportunidades aos homens de negócios radicados na capital da Província, e também àqueles que se estabeleceram em núcleos menores.

Na Bacia do Jacuí, Rio Pardo despontava enquanto o principal centro comercial. Segundo o viajante francês Arsène Isabelle, que visitou a Vila no início da década de 1830, ela era “o armazém de abastecimento das vilas do oeste e do norte” da Província<sup>9</sup>. Os comerciantes de Rio Pardo estenderam os seus negócios ao planalto e a fronteira do Rio Grande do Sul. Esta atividade rendeu muitas fortunas aos “capitalistas” de Rio Pardo, que cedo investiram uma parte significativa de seus rendimentos em fazendas e gado, e eram eles os proprietários dos maiores plantéis de escravos do município<sup>10</sup>. Após a Revolução Farroupilha, as atividades comerciais no eixo do rio Jacuí ganharam impulso. As monografias regionais defendem que o cenário econômico de Rio Pardo teria sido de estagnação e marginalização política. No entanto, os trabalhos recentes vêm questionando o declínio acentuado das atividades comerciais de Rio Pardo na segunda metade do século XIX. A estrutura comercial permaneceu praticamente intacta, e nenhuma das famílias de negociantes

---

<sup>7</sup> Me refiro a tese de CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003. E também a tese de MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

<sup>8</sup> PICCOLO, Helga. *O processo de Independência do Brasil*. In: PICCOLO, Helga & PADOIM, Maria Medianeira (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Volume 2*, Império. Passo Fundo: Méritos, 2006, pp. 19-38.

<sup>9</sup> ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1983.

<sup>10</sup> SOUZA, Sabrina Silva de. *Comerciantes em Rio Pardo- RS: atuações comerciais e relações sociais (1800-1835)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PPGH/ PUCRS, 1999.

6  
abandonou a praça de Rio Pardo<sup>11</sup>. A documentação da Câmara Municipal, na década de 1850, mostra que a maioria das obras realizadas pelo órgão referiam-se a melhorias em estradas e no porto, com objetivos de melhorar as vias de acesso ao comércio da cidade (elevada a esta categoria em 1846). Dois temas foram centrais nas discussões da Câmara: a expansão da colônia Santa Cruz e o caminho ao planalto. Ambas direcionadas aos interesses dos comerciantes em ampliar o seu espaço de atuação, quando os negociantes da fronteira e das demais áreas de abrangência desta praça, aos poucos, conquistavam espaços de autonomia.

No caso da fronteira, o comércio era florescente e as constantes mobilizações de tropas na região ofereciam boas chances de lucros em torno do abastecimento dos destacamentos. Os negociantes não obtiveram, nesta terra de estancieiros, o espaço de atuação que conquistaram em Rio Pardo e nos demais centros populacionais da Bacia do Jacuí, mas alcançaram um bom lugar social nestes municípios. Luís Augusto Farinatti afirma que as famílias de Alegrete procuravam contar com um membro dedicado ao comércio. Isto ocorria em função do poder econômico que os negociantes vinham conquistando, e tornava-se importante aos membros do núcleo parental estar relacionados a um familiar que pudesse lhes garantir empréstimos<sup>12</sup>. Percebemos esta mesma estratégia em Rio Pardo e Taquari. Nesta última os filhos dos comerciantes, especialmente dos imigrantes enriquecidos na segunda metade do XIX, encontraram vários casamentos com as filhas dos integrantes da elite tradicional do município.

Em Cruz Alta os negociantes ascenderam rapidamente nas décadas de 1850 e 1860. Embora não existam trabalhos específicos sobre esta atividade no principal município do planalto sul-rio-grandense, podemos perceber nos processos de ação de libelo, e mesmo nos inventários, que as maiores fortunas de Cruz Alta estavam nas mãos dos homens de negócios. Uma boa parte dos estancieiros e chefes milicianos locais devia altas somas de dinheiro aos negociantes. Alguns deles começaram as suas atividades em pequenos estabelecimentos, como foi o caso de Joaquim Pereira Motta. Este iniciou seus negócios com uma pequena casa de comércio no Distrito da Palmeira, também atuando como prestamista e agenciador de erva-

---

<sup>11</sup> COSTA, Miguel Ângelo. *Entre a “escória da população” e a “flor da sociedade”: a experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880)*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: PPGH/ UNISINOS, 2006.

<sup>12</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. IFCS/UFRJ, 2007.

7

mate, atividades que lhe renderam fortuna. Por outro lado, muitos dos imigrantes alemães que haviam sido instalados na Colônia São João das Missões, fundada em 1825, migraram para Cruz Alta. Uma boa parte destes se dedicaram a prestação de serviços e ao comércio. Aqueles que se dedicaram a “fazendas e molhados” logo obtiveram êxito em seus negócios. Vale ressaltar que alguns deles, se associaram aos luso-brasileiros para obter capital para seus estabelecimentos, como foi o caso da Falkembach, Brito & Cia e da Bermann Barboza & Cia.

Os comerciantes acumulavam rapidamente um considerável patrimônio, o suficiente para se tornarem credores, e agenciadores, a muitos fazendeiros locais. Os negócios dos “bolichos” não se restringiam à venda de produtos, pois a compra da produção agrícola ou ervateira era uma alternativa de lucros aos negociantes e uma necessidade para viabilizar suas atividades, servindo como moeda de troca. Outros ainda contratavam trabalhadores e arrematavam a exploração de ervais públicos, pagando a terça parte aos ervateiros ou então com produtos de seus estabelecimentos. Além destas “atividades acessórias”, os negociantes ainda atuavam como prestamistas, e em muitos casos tinham que recorrer ao juizado local para cobrarem suas dívidas. Este foi o caso de João Rodrigues da Fonseca, que devia 7:146\$000rs a João Lopez, negociante na Vila de Cruz Alta. O fazendeiro João Rodrigues contraiu esta dívida através de vários empréstimos e, sem recursos, foi obrigado a entregar um campo posto em penhora e mais um rebanho bovino<sup>13</sup>. Muitos comerciantes, ao acumularem recursos, adquiriam rebanhos de matrizes bovinas e eqüinas, as quais eram estanciadas nas fazendas de muitos chefes milicianos ou então de criadores descapitalizados, sob a forma de parceria. Nos processos de libelo não constam a porcentagem destinada a cada parte, mas pelos valores disputados acreditamos serem próximos à meação.

Os negociantes conquistaram uma posição que lhes proporcionou um bom destaque social. Eles aparecem como testemunhas em boa parte dos processos de legitimações de terras e nos processos judiciais. Tomando as testemunhas enquanto elemento fundamental na construção da versão apresentada frente ao litígio em questão, e cuja posição social atesta a veracidade argumentativa do litigante, percebemos que este grupo social tinha um peso significativo naquele meio. Os negociantes eram preferidos aos lavradores, pequenos fazendeiros e jornaleiros. Nos processos judiciais apenas um grupo social foi preferido aos homens de negócios: os militares.

---

<sup>13</sup> Processo de libelo nº 901, maço 27, do Cartório Cível e Crime de Cruz Alta, 1868, APERS.

O Rio Grande do Sul, enquanto área de fronteira concentrou um grande número de guerreiros na sua conquista e ocupação efetiva. Os constantes conflitos nesta região, em função dos avanços e retrocessos dos marcos territoriais entre as coroas ibéricas, e a grande extensão de terras e gado disponíveis, foi um atrativo a militares e milicianos. As várias concessões de sesmarias e datas de terras no final do XVIII e no início do XIX a homens “pelos seus relevantes serviços prestados ao Vice-Reino” são prova disto. Numa sociedade militarizada, como o Rio Grande do Sul, a patente militar é a porta de entrada à elite provincial e também a ascensão social. Além do mais, a própria guerra apresentava outro forte atrativo, o saque.

A luta contra os exércitos de Artigas, na década de 1810, proporcionou um grande número de saques às estâncias uruguaias. Entre os militares de alta patente que se valeram desta prática, temos o caso do General João Carlos Saldanha, chefe de umas das divisões das forças brasileiras em combate. Ao retornar ao Rio Grande do Sul, ele pilhou 18 mil cavalos adestrados, 5 mil bois de tração utilizados nas carretas do trem militar e ainda milhares de cabeças de gado xucro<sup>14</sup>. O Uruguai neste momento ainda contava com, pelo menos, um milhão e meio de cabeças de gado selvagem.<sup>15</sup> Entre outros tantos chefes militares que se valeram desta prática, estava o jovem comandante Bento Gonçalves da Silva<sup>16</sup>, que mais tarde se tornaria o principal líder da Farroupilha. Uma prática que permaneceu ao longo da guerra civil entre 1835 e 1845, e se tornou mais intensa durante as califórrias do Barão do Jacuí em território uruaio, no final da década de 1840.

O acesso a terra, e a possíveis rebanhos “realengos”, atraiu muitos militares e milicianos ao Rio Grande do Sul, e sua distribuição permitiu o fortalecimento do poder dos comandantes de fronteira e, conseqüentemente, do seu próprio capital político familiar. Este foi o caso do Capitão Mor Francisco Marques Pereira, responsável pela concessão de várias sesmarias no planalto sul-rio-grandense. Ou ainda o Capitão Athanagildo Pinto Martins, que além de outorgar várias áreas de terras na mesma região, também se valeu de seu posto para vender parte dos terrenos dos quais dispunha para a doação<sup>17</sup>. Além dos atrativos econômicos

---

<sup>14</sup> GOLIN, Luiz Carlos. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina* Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 112.

<sup>15</sup> BARRIOS PINTOS, Antonio. *Historia de la Ganaderia en el Uruguay*. Montevideo: Biblioteca Nacional, 1971.

<sup>16</sup> GOLIN, Tau. *Bento Gonçalves, o herói ladrão*. Santa Maria: LGR, 1983.

<sup>17</sup> Conforme os registros paroquiais de terras de Cruz Alta.



9

e da questão da afirmação de poder, os militares foram o grupo sócio-profissional que mais se destacou na sociedade sul-rio-grandense ao longo do Segundo Reinado.

Se por um lado este grupo perdia seus cargos e mandatos políticos aos bacharéis, por outro não perderam seu espaço de atuação, quando muitas vezes fazia parte das estratégias das famílias dos chefes guerreiros formarem os filhos antes de iniciá-los no mundo político. Ou ainda o investimento na carreira dos genros. Mas esta esfera era ampla, e a margem de atuação de um grupo profissional não pode ser medida apenas pelos postos alcançados. Neste sentido os títulos de nobreza podem mostrar a relevância ou o espaço social de um grupo. No caso do Rio Grande do Sul, 65% dos nobres titulados no Segundo Reinado participaram da Guerra do Paraguai<sup>18</sup>. Os constantes conflitos no Prata mobilizaram um grande número de militares às fronteiras sul-rio-grandenses, e as portas de entrada no seio das famílias tradicionais da Província, através do casamento, logo foram abertas.

Os chefes da Guarda Nacional também merecem destaque entre a elite provincial. Este órgão foi criado em 1831 visando a organização e o controle das milícias locais, para utilizá-las no controle da ordem interna e externa. O alistamento na tropa obedecia a critérios censitários<sup>19</sup>. A Guarda Nacional do Rio Grande do Sul teve uma importância fundamental na afirmação da hegemonia política do Império no Prata, contando com 26 mil praças. Logo as suas chefias tiveram uma importância política muito mais acentuada do que em outras províncias. Na esteira de seus privilégios e benesses está a afirmação de propriedade e a grilagem, quando milhares de hectares de terras públicas ou então de pequenos posseiros foram parar nas mãos de muitos comandantes da milícia, como mostram os casos que analisamos em Cruz Alta.

Os militares conseguiram canalizar benefícios, materiais e “imateriais”, para as suas famílias. Mas nem todos os chefes guerreiros eram ricos. Em Cruz Alta, o Major João Baptista Vidal de Almeida Pillar devia a título de hipoteca mais de 21 contos de réis a Maria Rodrigues Veau e seus filhos em 1864. Este valor correspondia aos empréstimos realizados pelo militar ao marido da autora do libelo, que pretendia receber a Fazenda São Jerônimo como garantia do empréstimo. Esta propriedade era a maior área de terras do Major Pillar,

---

<sup>18</sup> VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PPGH/ UFRGS, 2007.

<sup>19</sup> FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1850-1873)*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2003.

10

conforme mostram as declarações nos registros paroquiais<sup>20</sup>. João Babtista saldou o seu compromisso, mas o alto valor da dívida, frente as suas posses, mostra que o mesmo provavelmente tenha sido obrigado a contrair novos empréstimos. Esta também foi a sorte do Capitão Francisco Correa Taborda, acionado judicialmente em 1867 por Sebastião Gomes de Carvalho, comerciante na Vila de Cachoeira, para saldar a importância de 5:688\$807 réis<sup>21</sup>. Os dois militares eram homens portadores de cargos militares e “cidadãos de destaque” do planalto sul-rio-grandense, mas constituíam fazendeiros empobrecidos. Algo que se observa até mesmo entre os grandes militares da Província.

José Joaquim Andrade Neves, brigadeiro honorário do Exército Imperial, foi comandante da Guarda Nacional em Rio Pardo. Lutou ao lado do dos legalistas na Farroupilha, na Guerra contra Oribe e Rosas e na Guerra do Paraguai, quando foi agraciado com o título de Barão do Triunfo. O militar descendia de duas famílias tradicionais da Rio Pardo, e o mesmo esteve no centro do poder local<sup>22</sup>. Andrade Neves constituiu um capital político familiar decisivo na própria eleição de seu filho, José Joaquim Andrade Neves Filho, após a sua morte na década de 1870, para a Assembléia Provincial. Apesar de o Brigadeiro descender de uma família de fazendeiros<sup>23</sup>, o seu nome não consta na Relação de Criadores de 1858. Nas suas biografias não constam nenhuma referência a imóveis rurais. Apenas encontramos uma referência de venda que Andrade Neves realizou de um campo na Serra do Botucaraí, Município de Cruz Alta, a Francisco Antonio de Souza<sup>24</sup>. O Barão do Triunfo, centro do poder na cidade de Rio Pardo, era um homem de poucas posses.

O mais destacado militar sul-rio-grandense no século XIX foi Manuel Luís Osório. O General Osório saiu da Guerra do Paraguai como o “grande soldado”. Somente na década de 1920 que o movimento militar resgatou a figura do Duque de Caxias como o verdadeiro líder da Guerra<sup>25</sup>. Osório recebeu, ao longo do conflito, os títulos de Barão do Herval em 1866, de Visconde em 1868 e o de Marquês em 1869. O militar foi eleito senador pela Província do Rio Grande do Sul em 1877, e também nomeado Ministro da Guerra em 1878. O “soldado do sul” possuía uma fazenda no Município de Santana do Livramento. Sabemos que os postos

<sup>20</sup> Processo de libelo nº 905, maço 27, do Cartório Cível e Crime de Cruz Alta, 1864, APERS.

<sup>21</sup> Processo de libelo nº 726, maço 21, do Cartório Cível e Crime de Cruz Alta, 1867, APERS.

<sup>22</sup> LAYTANO, Dante de. *Almanaque de Rio Pardo*. Porto Alegre, Centro, 1946.

<sup>23</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. 4a edição. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2006.

<sup>24</sup> Registro paroquial de terras de Cruz Alta, nº 591. APERS.

<sup>25</sup> CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

11

militares traziam retornos aos seus ocupantes à médio e longo prazo, através de favorecimentos pessoais recebidos no meio político ou mesmo militar<sup>26</sup>. Mas o mais influente General do Rio Grande do Sul atravessou a década de 1870, o último decênio de sua vida, sob a pressão de dívidas. Em janeiro de 1876, Fernando Luís Osório, seu primogênito, escreve ao pai dizendo que o seu irmão Adolfo iria apurar 30 ou 40 contos de réis com a venda de seus campos e rebanhos no Município de Quarai. Esta soma seria emprestada ao General, para ele “lançar mão de dinheiros alheios” cujos juros consumiam uma boa parte dos lucros obtidos na estância dos Osório em Santana do Livramento<sup>27</sup>. Isto mostra que os milicianos e militares constituíram um grupo influente e poderoso no contexto do século XIX, mas não necessariamente provido de riqueza. Os mesmos também foram vulneráveis às incertezas do século XIX. Mas é preciso chamar a atenção ao fato de que nem todos os estancieiros eram milicianos<sup>28</sup>.

Boa parte, ou mesmo a maioria, dos fazendeiros, nos municípios estudados, que não ocuparam postos na Guarda Nacional e nem no Exército. No entanto, estes mesmos homens estavam inseridos em redes de relações sociais, ou familiares, de algum militar. Isto era necessário para que, num momento de guerra ou tensão social, fosse garantida a “segurança de propriedade” dos terratenentes que não capitaneavam tropas. Esta era uma segurança contra os abigeatos, saques e aos confiscos de Guerra. Durante a Farroupilha, por exemplo, vários saques ocorreram, e realizados por ambas as partes em conflito, como mostramos no primeiro capítulo desta tese. Inclusive o Barão de Caxias consentiu o confisco de cavalhadas realizado por Bento Manoel Ribeiro nas estâncias dos farroupilhas. Da mesma forma, a Guarda Nacional era fundamental enquanto suporte as próprias atividades das estâncias.

### Considerações finais

A trajetória da Família Silva Prado permite a discussão sobre as estratégias de famílias na ocupação da região do Planalto e Missões, quando a primeira metade do século XIX era

---

<sup>26</sup> VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PPGH/ UFRGS, 2007.

<sup>27</sup> Coleção General Osório- DL 227.011- 14 de janeiro de 1876. IHGB.

<sup>28</sup> Esta questão já foi abordada por FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro. IFCS/UFRJ, 2007.

12

marcada pelas incertezas à elite rural. No Rio Grande do Sul, assim como em outras regiões, os negociantes constituíram o grupo social mais abastado, e muitas vezes investiam os seus lucros em estâncias. Por outro lado a pecuária não apresentava rendimentos necessários a manutenção e reprodução do status social familiar. Muitos dos terratenentes eram dependentes de empréstimos, e não raro perdiam campos e rebanhos hipotecados nas suas dívidas. A manutenção do patrimônio numa região marcada pela guerra exigia destas famílias a inserção em sólidas redes de relações sociais. No planalto, a pecuária foi consorciada, em boa parte dos casos, com a extração da erva-mate. Uma atividade realizada em ervais públicos, que contavam com a presença de um grande número de homens livres e pobres dedicados a sua colheita, e dificultavam a grilagem realizada pelos fazendeiros da região. O caso dos Silva Prado mostra que o prestígio militar adquirido nas campanhas platinas não era o suficiente para a afirmação de propriedade. Mas a trajetória desta família mostra que a elite rural do Planalto, em meados do século XIX, estava articulada em torno de núcleos parentais na Província e também no centro do Império. Seu isolamento, seria o seu próprio fim.

## Bibliografia

- BARRIOS PINTOS, Antonio. *Historia de la Ganaderia en el Uruguay*. Montevideo: Biblioteca Nacional, 1971.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.
- CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- COSTA, Miguel Ângelo. *Entre a “escória da população” e a “flor da sociedade”: a experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880)*. Dissertação de Mestrado em História. São Leopoldo: PPGH/ UNISINOS, 2006.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro. IFCS/UFRJ, 2007.
- FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1850-1873)*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2003.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. 4ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2006.

13

GOLIN, Luiz Carlos. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina* Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 112.

GOLIN, Tau. *Bento Gonçalves, o herói ladrão*. Santa Maria: LGR, 1983.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1983.

LAYTANO, Dante de. *Almanaque de Rio Pardo*. Porto Alegre, Centro, 1946.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIRANDA, Marcia Eckert. *A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. Tese de Doutorado em Economia. Campinas: PPGE/UNICAMP, 2006.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese de Doutorado em História. Niterói: IFCH/UFF, 1999.

PICCOLO, Helga. *O processo de Independência do Brasil*. In: PICCOLO, Helga & PADOIM, Maria Medianeira (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Volume 2, Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, pp. 19-38.

SECRETARIA da Agricultura RS. *Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1961.

SOUZA, Sabrina Silva de. *Comerciantes em Rio Pardo- RS: atuações comerciais e relações sociais (1800-1835)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PPGH/ PUCRS, 1999.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PPGH/ UFRGS, 2007.